

Inflação acelera no final de 2014 e ajuste fiscal limita crescimento econômico este ano

Aceleração inflacionária

No final de 2014 e início deste ano, a inflação acelerou. A taxa de variação dos preços ao consumidor passou de 0,35% ao mês, na média dos meses de julho a outubro, para 1,01% ao mês na média dos últimos dois meses (dezembro de 2014 e janeiro de 2015). O que provocou essa aceleração foram os aumentos dos preços de combustíveis e energia e de serviços de transportes, cujas variações médias nesses dois meses foram de respectivamente, 3,22% e 1,60%. As razões desses aumentos foram o reajuste das tarifas de energia elétrica (4,32% ao mês) e de transportes públicos (4,92% ao mês).

Os preços de alimentos e de serviços de turismo também cresceram de forma expressiva nesses meses. A alimentação teve aumento médio de 1,28% ao mês em razão da seca nas regiões Sudeste, Nordeste e Centro-Oeste do país. Os preços de passagens aéreas foram majorados em 16,82% ao mês entre novembro de 2014 e janeiro de 2015, enquanto que os pacotes de viagem aumentaram 3,82% ao mês nesse período. A Tabela 1 traz as variações verificadas em janeiro de 2015 dos itens que compõem o IPCA.

Outros indicadores de inflação também apresentaram aceleração. O IGP-DI, que havia variado à taxa média de 0,27% ao mês no segundo semestre de 2014, aumentou 0,67% em janeiro. O IGP, diferentemente do IPCA, é um índice que além de medir a inflação aos consumidores, também reflete a

variação dos preços no atacado e na construção civil. A componente de preços ao consumidor, que variou 1,73% em janeiro deste ano, também foi a responsável pela aceleração do IGP-DI. Contudo, vale observar o aumento dos preços na construção, que cresceram 0,92% em janeiro em razão do aumento do custo da mão de obra.

IPCA, variação em relação a igual período do ano anterior, janeiro

	2014	2015	diferença
Índice geral	5,6%	7,1%	1,6%
1.Alimentação e bebidas	7,3%	8,7%	1,5%
1.1.Alimentação no domicílio	6,0%	8,0%	2,0%
1.2.Alimentação fora do domicílio	9,7%	10,1%	0,3%
2.Habituação	4,2%	10,8%	6,6%
2.1.Encargos e manutenção	9,1%	7,4%	-1,7%
2.2.Combustíveis e energia	-7,4%	20,3%	27,6%
3.Artigos de residência	6,4%	4,7%	-1,7%
3.1.Móveis e utensílios	7,5%	6,4%	-1,2%
3.2.Aparelhos eletroeletrônicos	5,4%	1,4%	-4,0%
3.3.Consertos e manutenção	5,0%	10,8%	5,8%
4.Vestuário	5,8%	3,1%	-2,7%
4.1.Roupas	5,9%	3,1%	-2,8%
4.2.Calçados e acessórios	5,0%	2,7%	-2,3%
4.3.Joias e bijuterias	9,4%	3,8%	-5,6%
4.4.Tecidos e armarinho	4,3%	7,0%	2,7%
5.Transportes	2,5%	5,7%	3,2%
6.Saúde e cuidados pessoais	6,7%	6,8%	0,1%
7.Despesas pessoais	8,6%	8,3%	-0,3%
8.Educação	8,2%	8,2%	0,0%
9.Comunicação	1,6%	-1,4%	-3,0%

Fonte: IBGE.

É importante observar que as pressões inflacionárias verificadas nos últimos meses não são provenientes da demanda. O consumo se manteve estável no final de 2014 e início deste ano. O que tem impulsionado os preços para cima são pressões de oferta causadas pela seca, no caso de alimentos, e por preços administrados, no caso de energia e transportes. Esse fato sugere que a inflação deve voltar a patamares menores nos próximos meses, muito embora a elevação do custo com energia deva continuar ao longo do ano, em razão dos reajustes regulares das tarifas de energia elétrica das concessionárias.

Ajuste fiscal

Apesar da aceleração, as políticas monetária e fiscal adotadas pelo governo federal estão no sentido adequado à contenção do processo inflacionário. O Conselho Monetário Nacional (CMN) manteve os juros relativamente elevados ao longo de 2014 (11% ao ano) e, ao final de janeiro deste ano, a taxa foi elevada para 12,5% ao ano. Mesmo com essa elevação dos juros, o aumento da inflação em janeiro gerou uma redução da taxa real de juros, a qual é medida pela diferença entre a taxa de juros nominal e a taxa de inflação.

No campo fiscal, o ajuste proposto pelo governo na Medida Provisória no 665/2014 tem a intenção de gerar um superávit de 1,2 ponto percentual do PIB até o final do ano, o que será obtido por meio de redução de despesas correntes e do aumento de impostos. Uma parte do ajuste com despesas correntes veio da diminuição dos subsídios aos empréstimos do BNDES e da redução das despesas orçamentárias em 1/18 por mês no início de 2015. Outra parte do ajuste virá da economia com despesas com o seguro desemprego e o abono salarial realizadas com recursos fiscais do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

A MP 665/2014 alterou as regras para cesso ao benefício do seguro desemprego para os traba-

lhadores que solicitam o seguro pela primeira e segunda vezes. No caso do primeiro pedido, a nova regra restringe o acesso ao sistema para os empregados que trabalharam em 18 dos últimos 24 meses – antes bastava ter trabalhado por 6 meses nos últimos 36 meses para ter acesso ao sistema. No caso do segundo pedido, apenas terão acesso os empregados que trabalharam em 12 dos últimos 16 meses. No caso do abono salarial, a MP restringiu o acesso a empregados que tenham trabalhado de forma ininterrupta por ao menos 180 dias.

Estimativas do Ministério do Trabalho e Emprego indicam que cerca de 2,2 milhões de trabalhadores deixarão de ter acesso ao sistema de seguro desemprego, economizando cerca de R\$ 9 bilhões ao longo do ano. A restrição ao acesso ao abono salarial deve reduzir em quase 10 milhões o número de beneficiários e deve economizar outros R\$ 9 bilhões do FAT. Somadas as duas economias, a redução despesas deve alcançar 0,4 ponto percentual do PIB.

Na linha do aumento de impostos, o governo elevou a CIDE da gasolina para R\$ 0,22 por litro e a do óleo diesel para R\$ 0,15 por litro. A alíquota do Imposto sobre Operações Financeiras sobre o empréstimo a pessoas físicas (por período inferior a 365 dias) foi majorada de 1,5% para 3,0%. Além disso, foram elevadas as alíquotas de PIS e Cofins que incidem sobre a importação de cosméticos. Esses aumentos devem gerar uma arrecadação adicional de R\$ 21 bilhões para o governo este ano, o que equivale a mais 0,4 ponto percentual do PIB.

A terceira parte do ajuste fiscal virá da mudança na regra de desoneração da folha de pagamentos. Atualmente as empresas de diversos setores contribuem com alíquotas de 1% ou 2% sobre o faturamento em substituição à contribuição patronal de 20% sobre a folha de pagamentos. Na nova regra, as alíquotas aumentarão para 2,5% e 4,5% do faturamento, mas serão opcionais; a empresa que preferir recolher sobre a folha retoma essa opção. Essa medida irá afetar cerca de 130 mil empresas, sendo que para um número grande de empresas, a regra ter se tornado opcional irá

melhorar a situação. Espera-se que essa medida deva economizar aproximadamente R\$ 12 bilhões, ou 0,24% do PIB.

Crise fiscal dos estados

Um aspecto importante é o fato de que alguns estados e municípios também estão em situação fiscal ruim. Em algumas regiões, as receitas de impostos, principalmente de ICMS, não acompanharam a evolução do consumo. Entre os grandes estados arrecadadores, a situação mais grave é a de São Paulo (segundo orçamento do país). Nos últimos 4 anos, a receita com ICMS cresceu 7,4% ao ano em termos nominais em São Paulo, enquanto que o crescimento foi de 9,0% ao ano no país como um todo. A base global de arrecadação, que é estimada pelo valor do consumo das famílias, alcançou crescimento de 9,5% ao ano em igual comparação, confirmando a perda relativa do estado.

Os dados de arrecadação de janeiro deste ano mostram uma situação ainda pior. A arrecadação de ICMS cresceu apenas 2% em termos nominais na comparação com janeiro de 2014. Essa expansão foi inferior ao crescimento dos preços em São Paulo, de 7,1% entre janeiro de 2015 e janeiro do ano anterior segundo o IPCA do IBGE. Isso implica uma retração em termos reais de 4,8% da arrecadação de ICMS. A arrecadação total do estado cresceu apenas 3,2% em termos nominais e caiu 3,7% em termos reais, indicando uma trajetória em que um ajuste fiscal mais drástico será necessário.

Esse processo de deterioração das receitas revela uma tendência mais recente, visto que nos seis anos anteriores a esse período, ou seja, entre 2004 e 2010, a arrecadação de ICMS de São Paulo cresceu à taxa de 12,3% ao ano em termos

nominais, contra uma variação média no país de 11,9% ao ano e um crescimento do consumo das famílias de 11,7% ao ano. Por traz dessa tendência está o processo de desindustrialização pelo qual o país passa e que afeta o Estado de São Paulo de forma mais intensa. Essa crise também é responsável pelo desempenho fraco do mercado de alumínio como será discutido adiante.

Arrecadação de ICMS por UF, variação média anual (%)

UF	de 2004 a 2010	de 2010 a 2014	diferença
Norte	13,4%	10,4%	-3,0%
Acre	14,4%	27,4%	13,1%
Amazonas	13,4%	6,8%	-6,6%
Pará	13,6%	15,0%	1,4%
Rondônia	12,8%	-2,8%	-15,6%
Amapá	17,6%	15,3%	-2,3%
Roraima	18,2%	7,5%	-10,7%
Tocantins	10,8%	14,0%	3,3%
Nordeste	12,5%	11,2%	-1,3%
Maranhão	16,3%	12,5%	-3,8%
Piauí	16,7%	11,6%	-5,0%
Ceará	12,7%	11,4%	-1,4%
Rio Grande do Norte	12,6%	11,5%	-1,1%
Paraíba	14,1%	14,8%	0,7%
Pernambuco	14,8%	10,8%	-4,1%
Alagoas	13,5%	8,9%	-4,6%
Sergipe	13,3%	12,5%	-0,9%
Bahia	9,3%	10,5%	1,2%
Sudeste	12,0%	7,8%	-4,1%
Minas Gerais	12,8%	8,9%	-3,8%
Espírito Santo	11,0%	6,6%	-4,3%
Rio de Janeiro	9,9%	8,5%	-1,4%
São Paulo	12,3%	7,4%	-4,9%
Sul	10,8%	9,0%	-1,9%
Paraná	10,0%	9,1%	-1,0%
Santa Catarina	12,0%	8,4%	-3,6%
Rio Grande do Sul	10,9%	9,2%	-1,6%
Centro-Oeste	11,0%	11,9%	1,0%
Mato Grosso	8,4%	10,8%	2,4%
Mato Grosso do Sul	12,0%	12,2%	0,2%
Goiás	12,7%	12,9%	0,1%
Distrito Federal	10,1%	11,2%	1,1%
Brasil	11,9%	9,0%	-2,8%

Fonte: CONFAZ, Ministério da Fazenda..

Faturamento dos serviços fica estagnado em 2014 e emprego cresce mais que a economia

Faturamento

O setor de serviços privados não financeiros fechou o ano com crescimento nominal do faturamento de apenas 6,5%, totalizando uma receita líquida de R\$ 1,280 trilhão em 2014. Esse resultado equivaleu a uma estagnação em termos reais, visto que a taxa de inflação foi de 6,4% nesse ano.

O segmento de serviços de informação e telecomunicações teve redução real de faturamento

de 2,6%. Os segmentos com melhor desempenho foram os de serviços prestados às famílias, cujo faturamento cresceu 2,6 pontos percentuais acima da inflação. Vale lembrar que nesse segmento estão as principais atividades que forma beneficiadas com a realização da Copa do Mundo de 2014 (alojamento e alimentação). Os serviços profissionais, administrativos e complementares, que registrou expansão real das vendas de 1,5% em 2014.

Faturamento líquido dos serviços, em R\$ de 2012, por segmento

	Prestados às famílias	de informação e comunicação	Profissionais, administrativos e complementares	Transporte e logística	Outros serviços	Total
2011	106.990,7	272.489,4	280.418,6	301.742,9	97.063,1	1.058.704,8
2012	112.960,4	275.401,4	299.555,5	319.233,2	100.452,8	1.107.603,2
2013	117.048,2	277.059,8	302.165,6	334.084,7	100.169,2	1.130.527,6
dez-13	11.183,4	25.712,0	29.357,0	29.293,7	9.195,4	104.741,5
jan-14	10.620,1	22.853,7	24.241,4	27.216,8	8.262,8	93.194,8
fev-14	9.282,8	22.023,6	23.667,1	26.320,5	7.955,8	89.249,9
mar-14	9.928,3	22.546,6	24.431,1	27.543,2	7.966,0	92.415,1
abr-14	9.623,3	22.090,7	24.601,1	27.796,7	8.570,1	92.681,9
mai-14	9.748,9	22.592,7	25.291,4	27.828,0	8.244,7	93.705,7
jun-14	9.527,0	23.038,8	24.955,9	26.477,2	8.171,1	92.170,0
jul-14	9.796,7	21.764,2	25.517,0	28.527,9	8.258,5	93.864,3
ago-14	10.133,3	21.706,4	25.080,6	28.317,1	8.603,5	93.840,8
set-14	9.690,2	22.181,5	25.938,3	28.645,0	8.574,9	95.029,9
out-14	10.194,6	22.571,9	26.472,3	29.037,6	8.968,0	97.244,3
nov-14	10.080,1	22.699,5	26.160,4	28.014,4	8.135,6	95.090,0
dez-14	11.478,2	23.888,2	30.288,9	29.115,1	8.919,6	103.690,0
Variações						
no mês	13,9%	5,2%	15,8%	3,9%	9,6%	9,0%
no ano	2,6%	-2,6%	1,5%	0,2%	0,5%	0,1%
em 12 meses	2,6%	-7,1%	3,2%	-0,6%	-3,0%	-1,0%
Contribuições						
no mês	16,3%	13,8%	48,0%	12,8%	9,1%	100,0%
no ano	185,2%	-430,6%	271,6%	45,8%	28,0%	100,0%
em 12 meses	-28,0%	173,4%	-88,6%	17,0%	26,2%	100,0%

Fonte: IBGE. (*) Valores deflacionados pelo IPCA.

Em termos regionais, o pior desempenho foi registrado na região Sudeste do país. O faturamento líquido real dos serviços caiu 3,7% e Minas Gerais e 0,5% em São Paulo. Rio de Janeiro apresentou crescimento de 1,1% das vendas em decorrência do faturamento do setor de turismo. Mas o melhor desempenho veio do Centro-Oeste, onde o faturamento dos serviços privados não financeiros cresceu 4,4% em termos reais.

Emprego

Os dados de emprego, os quais vêm da pesquisa realizada pela CNS com informações do sistema RAIS/Caged do Ministério do Trabalho e Emprego, indicaram crescimento de 3,0% do emprego com carteira assinada no setor de

serviços privados não financeiros. Isso equivale a criação de 376 mil novas ocupações em 2014. Como no caso das vendas, o maior crescimento veio do setor de serviços prestados às famílias, cuja ocupação cresceu 4,0% no ano, contribuindo com mais de 20% da expansão da oferta de trabalhos em serviços em 2014.

Considerando os serviços financeiros, públicos e comerciais, o setor terciário da economia como um todo ocupou 26,851 milhões de pessoas na média de 2014. Isso representou 54,4% da força de trabalho com carteira assinada na média do ano. Esse grupo de atividades abriu mais de 580 mil novos postos de trabalho no último ano, o que representou 72% das oportunidades geradas em toda economia.

Emprego em serviços, por segmento

	Prestados às famílias	de informação e comunicação	Profissionais, administrativos e complementares	Transporte e logística	Outros serviços	Total
2011	1.799.449	789.268	4.905.233	2.207.679	1.852.569	11.554.198
2012	1.881.315	833.473	5.195.571	2.328.054	1.925.641	12.164.054
2013	1.949.878	864.358	5.356.141	2.412.818	1.978.270	12.561.466
dez-13	1.998.975	873.732	5.399.587	2.434.038	1.986.587	12.692.919
jan-14	1.998.858	875.805	5.418.310	2.431.155	1.994.175	12.718.303
fev-14	2.013.266	880.267	5.463.464	2.445.995	2.010.910	12.813.902
mar-14	2.005.603	883.014	5.469.494	2.458.098	2.014.855	12.831.064
abr-14	2.013.080	887.455	5.481.437	2.479.544	2.023.820	12.885.336
mai-14	2.017.186	892.037	5.492.412	2.484.471	2.029.812	12.915.918
jun-14	2.021.720	892.774	5.516.489	2.486.800	2.035.117	12.952.900
jul-14	2.019.441	893.700	5.516.353	2.493.908	2.036.786	12.960.188
ago-14	2.030.719	899.079	5.528.792	2.497.458	2.043.631	12.999.679
set-14	2.042.551	906.463	5.548.628	2.503.301	2.050.807	13.051.750
out-14	2.048.822	899.164	5.542.835	2.505.443	2.051.223	13.047.487
nov-14	2.065.126	904.865	5.545.396	2.506.180	2.053.052	13.074.619
dez-14	2.059.012	902.595	5.517.413	2.484.718	2.029.363	12.993.101
Variações						
no mês	-0,3%	-0,3%	-0,5%	-0,9%	-1,2%	-0,6%
no ano	4,0%	3,3%	2,7%	2,8%	2,7%	3,0%
em 12 meses	3,0%	3,3%	2,2%	2,1%	2,2%	2,4%
Contribuições						
no mês	7,5%	2,8%	34,3%	26,3%	29,1%	100,0%
no ano	20,8%	7,7%	39,2%	18,3%	14,1%	100,0%
em 12 meses	20,0%	9,6%	39,3%	16,9%	14,3%	100,0%

Fonte: CNS, com base em dados do sistema RAIS/Caged.